

LISTA A – “Um Bloco para um novo ciclo”

No âmbito do processo eleitoral em vigor para a Comissão Coordenadora Distrital do Porto, nos termos dos estatutos do Bloco de Esquerda bem como nos termos do Regulamento Eleitoral das CCD/R/C vimos apresentar a lista “Um Bloco para um novo ciclo”

Alda Sousa

Adelaide Oliveira, Porto
Adelino Pinto da Costa, Porto
Adriana Melo, Porto
Adriano Sousa, Valongo
Alberto Moreira, Maia
Alberto Sousa e Silva, VNGaia
Alexandra Ribeiro, V Conde
Alexandre Torrão, Povia Varzim
Amarilis Felizes, VNGaia
Ana Castro, Porto
Ana Rute Domingues, Maia
Andrea Peniche, Porto
Andreia de Sousa, Stº Tirso
António Barbosa, Valongo
António Freitas, Maia
Antonio Neto, Maia
António Teixeira, Penafiel
Armindo Magalhães, VNGaia
Artur Carvalho, VNGaia
Artur Macedo, VNGaia
Artur Ramos, Gondomar
Baltasar Duarte, Porto
Benjamim Sousa Vilela, Porto
Carla Silva, Marco de Canaveses
Carlos Alberto Basto, Valongo
Carlos Ribeiro, Paredes
Catarina Alves, Matosinhos
Catarina Martins, Porto
Cátia Novoa, Porto
Conceição Nogueira, Porto
Constança Portela, Porto
Cristian Georgescu, Porto
Daniel Araújo, Maia
Davide Costa, Gondomar
Delfina Vieira, Gondomar
Dora Matos, Porto
Esmeralda Mateus, Porto
Faustino Santos, Gondomar
Filipe Barbosa, VNGaia
Filipe Ernesto Silva, Gondomar
Francisco José, Maia
Fernando Lacerda, VNGaia
Fernando Monteiro, Valongo
Fernando Marques, Matosinhos
Fernando Queiroz, Porto
Hugo Monteiro, Porto

Israel Araújo, Maia
Isidro Soares, Porto
Israel Araújo, Porto
Ivo Barros, Penafiel
Gualter Costa, Trofa
Jaime Veiga, Porto
Joana Batel, Porto
Joana Cruz, Porto
Joana Filipa Gomes, Gondomar
Joana Pinto, Porto
João Cordeiro, Porto
João Semedo, Porto
João Teixeira Lopes, Porto
Joaquim Espírito Santo, Gondomar
Joaquim Moreira, Gondomar
Joaquim Pinho, Felgueiras
Jorge Lourenço, Porto
Jorge Santos, Maia
Jorge Silva, Porto
Jorge Sousa, Matosinhos
Jorge Paiva, Porto
José Augusto Pinto, Porto
José Castro, Porto
José Estrela Pereira, Matosinhos
José Fortuoso, Maia
José Inácio, Maia
José Luís Sousa, Marco Canavezes
José Miranda, Matosinhos
Júlio Carvalho, Gondomar
Luís Daniel, VNGaia
Luís Mota, Maia
Luís Santos, Valongo
Luís Silva, Matosinhos
Luís Peres, Porto
Luísa Carvalho, Gondomar
Luísa Ferreira da Silva, VNGaia
Luísa Oliveira, Maia
Lídia Ribeiro, Gondomar
Manuel Magalhaes, Maia
Manuel Perfeito, Gondomar
Maria da Luz, Matosinhos
Maria José Moreira, Porto
Maria Lebreiro, Gondomar
Maria Leonor Figueiredo, Porto
Maria Teresa Silva, Porto
Mariana Esteves, VNGaia
Mário Moutinho, Porto
Mário Santos, VNGaia
Marlene Santos, Gondomar
Marta Giesta, Gondomar
Miguel Semedo, Porto
Nuno Caterna, Gondomar
Orlando Carvalho, Maia
Orlando Monteiro, Porto
Paula Sequeiros, Porto

Paula Valentim, VNGaia
Paulo Mouta, VNGaia
Paulo Ricardo, Porto
Pedro Craveiro, Porto
Pedro Adães, Povoá Varzim
Pedro Pereira, Matosinhos
Pedro Ramajal, Porto
Rafael Boulair, Porto
Ricardo Lafuente, Porto
Ricardo Salabert, Porto
Susana Constante Pereira, Porto
Tatiana Moutinho, Porto
Tiago Carvalho, Gondomar
Virgílio Pereira, Gondomar
Vítor Pires, Porto

UM BLOCO PARA UM NOVO CICLO

1 Nem um passo atrás na luta contra a austeridade

- 1.1.** As eleições de outubro de 2015 puseram fim ao ciclo de poder da direita em Portugal. Os anos da troika legaram-nos um país devastado pelas políticas de austeridade, resultando na maior transferência de rendimentos do trabalho para o capital dos últimos 40 anos. A violência dos cortes salariais e o ataque aos serviços públicos resultaram num desastre social e económico, com o aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais a atingir níveis nunca antes vistos. Meio milhão de pessoas emigradas, mais de um milhão de desempregados, dois milhões e meio de pobres e uma multidão de trabalhadores precários: este foi o resultado do governo da direita cumpridora das ordens de Bruxelas e Berlim.
- 1.2.** Para o resultado das eleições de Outubro, em muito contribuíram as mobilizações populares contra a austeridade e a troika no distrito, nas quais o Bloco participou ativamente, e que conquistaram uma maioria social anti-austeridade que permitiu que houvesse a mudança política que ocorreu. Essa exigência popular por alternativas anti-austeridade e pelo emprego não se construiu apenas no período da campanha eleitoral mas na resistência social ao longo dos últimos 4 anos.
- 1.3.** O mandato popular conferido ao Bloco nas últimas eleições derrotou a alternância política ao centro. A incapacidade da direita em formar uma maioria parlamentar estreitou o caminho ao PS, que se apresentou a eleições com um programa liberal em alguns pontos fundamentais. O desafio do Bloco durante a campanha e os acordos que viabilizaram um governo alternativo obedecem a princípios claros: reposição dos rendimentos, fim das privatizações, defesa do trabalho e das pensões. O Bloco assume esse mandato, no país como no distrito, tomando o partido de quem vive do seu trabalho e precisa do Estado social para viver com dignidade.
- 1.4.** A pressão das instituições europeias e a conjugação das crises – Brexit, refugiados, euro – antecipam tempos difíceis para a resistência popular por uma

democracia soberana. Portugal não terá uma política alternativa se mantiver o pagamento da dívida nos termos atuais e cumprir as restrições do Tratado Orçamental, pois isso resultaria no calote à população e aos seus direitos, expressos no Estado social e nos salários. O controlo dos sectores estratégicos (banca, comunicações, energia) é uma medida necessária para proteger Portugal num cenário de confrontação à escala europeia, garantindo a gestão mais justa e eficaz do que deve ser de todos.

1.5. O Bloco assume, dentro e fora das instituições, uma agenda própria. Conflui com quem se apresentar na defesa dos direitos sociais e laborais e avança com as suas propostas. A tarifa social de energia, defendida pelo Bloco, beneficiará um milhão de pessoas em Portugal, impondo o seu custo diretamente à EDP e à Endesa, que lucraram milhões com o abuso das tarifas. Na luta pelo emprego e contra a precariedade laboral, contra a discriminação e pela defesa da Escola Pública e do Serviço Nacional de Saúde, o Bloco junta forças e não desiste.

2. Fazer a diferença no distrito do Porto

2.1. O distrito do Porto foi um dos territórios mais fustigados pelas políticas de austeridade. À semelhança da zona norte do país, o distrito do Porto apresenta uma das mais altas de taxas de desemprego e de pobreza. A precarização laboral e a emigração fecharam as portas a toda uma geração de jovens trabalhadores, com as políticas de cortes do anterior governo a resultar na degradação de vida dos reformados e daqueles que recebem o salário mínimo.

2.2 Nas últimas eleições legislativas, o Bloco alcançou um resultado histórico no distrito do Porto, com 106.954 votos e cinco deputados. Para ele contribui a campanha clara, a explicitação de soluções concretas, mas também o compromisso com as nossas causas, a mobilização dentro e fora do partido, o apoio às lutas dos trabalhadores, quer as que alcançaram as suas reivindicações, quer as que continuam nos processos reivindicativos. Não desistimos desse mandato e queremos fortalecer o Bloco para uma direção capaz de, dentro e fora das instituições, impulsionar todas as lutas e alternativas necessárias. Juntar forças no distrito implica reconhecer as fragilidades de organização e capacitar o Bloco para uma nova fase. A CCD deve ser capaz de aproximar os militantes através de uma ação política enraizada num programa claro, capaz de apontar prioridades:

- **Defender a escola e o ensino público:** combatendo a municipalização do ensino e a precarização dos vínculos laborais dos professores e auxiliares; suscitar um continuado debate no distrito sobre a escola pública, que envolva estudantes, famílias, sindicatos e outros agentes educativos, que permita alargar a luta pela sua defesa mas também desenvolver uma crítica positiva e transformadora para um modelo mais inclusivo e democrático; participar com os sindicatos nas campanhas contra os ataques à escola pública, e desenvolver esforços no sentido de uma maior e mais constante presença nas escolas. No ensino universitário e nos centros de investigação, o Bloco deve procurar desenvolver campanhas de mobilização em sintonia com a coordenadora de jovens e os jovens do distrito.

- **Apoiar a organização de trabalhadores precários:** assumindo o embate contra as empresas de trabalho temporário; mobilizando os “recibos verdes” para o fim da ilegalidade e por um novo regime de contribuições. Nas prioridades da distrital deve estar o apoio aos trabalhadores na denúncia do uso de falsos recibos verdes, falsos

estágios, CEI, Bolsas de investigação e outros mecanismos que fomentam a precariedade em várias instituições públicas e privadas no distrito, focando sectores onde a precariedade é a regra, como os call centres ou o turismo low cost.

- **Defender a água e outros serviços como bens públicos:** as alterações impostas às Águas no concelho do Porto (aumento de 40%) e a sua concessão a privados em concelhos como Valongo, Paços de Ferreira e Paredes, revelam a sanha privatizadora em torno deste bem essencial. O Bloco bater-se-á no distrito pela defesa da água como bem público. Também nos transportes (STCP, Metro do Porto e CP), o Bloco bate-se não apenas pela gestão pública que decorre da reversão da privatização, mas pela melhoria e requalificação de um serviço publico profundamente degradado pelas decisões do anterior Governo. Queremos travar e reverter o desinvestimento que põe em causa postos de trabalho e a qualidade e abrangência dos serviços, porque só o seu reforço será capaz de diminuir as desigualdades na mobilidade e acessibilidade num distrito de fortes movimentos pendulares e contribuir para a diminuição de emissões poluentes e para a redução do congestionamento. Também a defesa do SNS com acesso a tempo e horas, médicos de família para todos os agregados que ainda não têm e o fim da contratualização com privados e misericórdias deve ser uma prioridade desta distrital. No campo da segurança social e do combate à pobreza, a entrega de funções do Estado às IPSS não garante a proteção social como um direito de cidadania.

- **Justiça climática e ambiental:** A crise ambiental atualiza o apelo ecosocialista para subordinar e mobilizar o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade da vida na Terra. Esse apelo traduz-se tanto nas causas internacionais (travar o aquecimento global, a exploração animal intensiva, os ataques do TTIP), como nas locais (despoluição do Rio Douro, Tâmega e Tinto, poluição industrial - na Maia, em Matosinhos, ... - criação de empregos climáticos) e sobretudo na sua intersecção. Um novo paradigma de mobilidade urbana deve passar por modos de transporte suaves e por uma concepção da economia que integra necessariamente a dimensão ambiental em todas as decisões. Também os incêndios que fustigam o distrito devem receber uma atenção redobrada da distrital com reivindicações próprias para a sua prevenção e combate. O ativismo ambiental é tarefa necessária e urgente.

- **Travar a promiscuidade entre a política e os negócios:** O Bloco no distrito protagonizou um enfrentamento importante com a direita, denunciando as portas giratórias entre a política e os negócios, como sucedeu entre o PSD e a Metro do Porto. A burguesia do distrito é um fator de atraso: acumula riqueza e utiliza o Estado para os seus negócios, e os partidos que a representam defendem os privilégios e as negociatas. Defender a democracia passa por exigir o fim desta promiscuidade.

- **Impulsionar o movimento dos trabalhadores:** num contexto de grande dificuldade do movimento sindical, os ativistas do Bloco participaram em lutas importantes nas empresas do distrito (EFACEC; Metro do Porto, STCP, Unicer, Sonae Logística...), estando presentes nas mobilizações setoriais contra a retirada dos direitos (Professores, Enfermeiros da Linha 24) e nas lutas por melhores salários e pela contratação coletiva. O Bloco deve animar a constituição de núcleos de empresa, promover a participação dos seus aderentes nas ORT's, bem como estar presente nos locais de trabalho de forma continuada. É necessária uma atenção redobrada no combate à sinistralidade no trabalho.

- **Integração regional:** Como referência para a região norte, o distrito do Porto espelha as desigualdades regionais que criam enormes desequilíbrios na política de desenvolvimento do país. O Aeroporto Sá Carneiro, entregue aos privados pelo anterior governo, deve ser defendido desde uma perspectiva do interesse público. De igual forma, o debate da regionalização deve ser assumido como uma das prioridades, e a distrital deve coordenar-se com outras distritais do norte para iniciar esse debate crítico.

- **Atentar ao interior do distrito:** a distrital deve ter como um ponto central da sua ação a defesa do desenvolvimento dos setores produtivos do distrito, tendo em especial atenção o desenvolvimento económico do interior, caracterizado, em certas zonas, pela produção agrícola e semi-industrial; e o litoral periférico, onde atividades como as pescas mantêm uma importante presença. O apoio à manutenção e crescimento das muitas organizações cooperativas que, pelo seu modo de funcionamento, permitem a proteção da produção agrícola no distrito e na região Norte, caracterizada pelas pequenas explorações, deve ser estimulado.

- **Ir à luta nas autárquicas:** A X Convenção do Bloco de Esquerda irá decidir a estratégia a seguir nas eleições autárquicas de 2017. Seguindo os princípios dessa decisão, a coordenadora distrital do Porto deve ser capaz de reinventar as suas candidaturas com o máximo de abertura e sem sectarismo. O enfoque na intervenção política em áreas como a habitação, reabilitação urbana, ambiente, luta contra a pobreza, precariedade e desemprego, contra a municipalização do ensino e da saúde, pela participação democrática e transparência, apoio às associações e coletivos locais devem ser pontos transversais na nossa intervenção autárquica para que possamos hoje contar com mais gente nos desafios em cada concelho.

2.3. Um partido na disputa das ideias e da relação de forças: o Bloco deve continuar a ter momentos de construção ideológica com características horizontais. A aposta na criação de espaços de formação e de politização, como os Círculos marxistas ou o cinema verdade, assim como debates periódicos, foi uma escolha com bons resultados. A dinamização do Espaço Miguel Portas como ponto de encontro, de partilha política e cultural tem um grande potencial que deve ser desenvolvido. A organização do Fórum Socialismo provou que é possível envolver centenas de pessoas num debate profundo e crítico à esquerda. O grande sucesso das várias edições do Desobedoc mostra como um partido pode marcar a agenda política e cultural, num evento aberto, com muitas parcerias e muitas centenas de participantes. O Bloco deve continuar a trabalhar, juntamente com outras estruturas internas e externas, a politização e a criação de consciência de classe, através de campanhas, debates e distribuições de propaganda referentes a questões locais, regionais e nacionais. Deve também promover a organização conjunta de debates e discussões em associações, escolas e outras organizações.

2.4. Organizar a intervenção sectorial: a raiz transformadora do Bloco passa pela sua participação em movimentos sociais abertos e unitários e pela organização de intervenção sectorial. A realização, no Porto, do Encontro Feminista e as reuniões sectoriais abertas sobre diferentes temas, que começaram a fazer-se (professores, deficiência, saúde, educação, investigadores, pensionistas e reformados) mostram que há um caminho para continuar. Os grupos de trabalho devem ser reforçados e ter iniciativa. Deve apostar-se ainda na criação de campanhas mobilizadoras pelo emprego e contra a precariedade, pelo direito à habitação, pelo ambiente, pela escola pública, pela saúde de proximidade e acessível a todos, por uma melhor e mais alargada rede de transportes públicos.

2.5. Uma distrital de causas: a ligação entre os órgãos locais do Bloco será consequente se realizada a partir de causas e bandeiras concretas. Contámos hoje com mais eleitos, com uma estrutura profissional reforçada e com a confiança de milhares de pessoas. Aproximar os novos aderentes são necessidade que assumimos, não esquecendo os territórios do distrito que contam com menos organização. Esse trabalho deve ser realizado em íntima ligação às coordenadoras concelhias, órgãos que dirigem o trabalho quotidiano do Bloco nos concelhos.

2.6. Uma organização que comunica e se interliga: A distrital deve assumir uma comunicação e apoio às concelhias. É uma necessidade concreta equilibrar a autonomia política das concelhias (só ela capaz de fomentar um ativismo militante atento às questões concretas que afetam o quotidiano no terreno) com a necessidade de uma forte sintonia com a CCD que permita ao Bloco fortalecer e compaginar de igual forma a sua ação política no distrito.

Lista Candidata às Eleições da CCD Porto do BE 2016/2018:

- 1 José Soeiro, Porto, A948
- 2 Luís Monteiro, VNGaia, A6793
- 3 Bárbara Veiga, Porto, A8386
- 4 Ada Pereira da Silva, Porto, A9785
- 5 Adriano Campos, Porto, A3120
- 6 Rui Nóvoa, Gondomar, A159
- 7 Carla Sousa, Valongo, A12170
- 8 Joaquim Soares da Luz, Porto, A342
- 9 Silvestre Pereira, Maia, A1262
- 10 Maria Manuel Rola, Porto, A9880
- 11 Rui Morgado, Matosinhos, A6791
- 12 Pedro Lourenço, Porto, A9666
- 13 Sara Santos, Gondomar, A9779
- 14 Victor Pinto, Póvoa de Varzim, A7333
- 15 Jorge Magalhães, Porto, A4458
- 16 Ana Paula Canotilho, Porto, A3310
- 17 Joel Oliveira, Porto, A1238
- 18 Jorge Pereira, Matosinhos, A343
- 19 Graça Lucena, Porto, A6586
- 20 Ferreira dos Santos, Matosinhos, A646
- 21 Sílvia Carreira, Matosinhos, A9188
- 22 Pedro Figueiredo, Porto, A8423
- 23 Alberto Santos, Paços Ferreira, A10385
- 24 Maria João Rodrigues, VNGaia, A4265
- 25 Manuel Fernandes, Porto, A11068

Candidatos Suplentes

- 1 Lurdes Gomes, VNGaia, A9844
- 2 Jorge Santos, Maia, A7882
- 3 Luís Xavier, Matosinhos, A9565
- 4 Rosalina Silva, Porto, A12040
- 5 Gonçalo Cabral, Matosinhos, A8568

Mandatária da Lista

Alda Sousa

Representante da Lista na Comissão Eleitoral

Adriano Pereira Campos